

RELAÇÕES DE CONSUMO VIA INTERNET: REGULAMENTAÇÃO

CONSUMERS RELATIONS THROUGH THE INTERNET: REGULATIONS

Rogério Montai de LIMA*

RESUMO

No presente estudo, foram abordadas as relações de consumo nos contratos eletrônicos, dando enfoque especial para a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e a proteção jurídica dos consumidores na Internet.

Ficou demonstrado que os contratos eletrônicos não constituem um novo instituto jurídico, mas uma modalidade de contratos que apenas se diferencia dos tradicionais em relação ao seu instrumento de formação, qual seja, o meio eletrônico, e, portanto, aplica-se a ele toda a legislação vigente, inclusive as normas de proteção do Código de Defesa do Consumidor, notadamente quando envolver relações de consumo com fornecedores nacionais.

Observou-se, ainda, que embora aplicável a legislação vigente ao comércio eletrônico, a falta de regulamentação específica gera um grande desconforto nessas transações, principalmente no tocante à segurança, causando um óbice no crescimento desse tipo de comércio.

Palavras-chave: Internet; comércio eletrônico; contratos; relações de consumo.

ABSTRACT

In the present paper, the author has treated the consume relations on electronic contracts, focusing mainly on the Consumer Defense Code to these contracts and the judiciary protection of the consumers who use the Internet. It is demonstrated that electronic contracts are not a new juridical institute, but a modality of contracts

* Mestrando em Direito pela UNIMAR – Marília/SP. Advogado. Especialista em Direito Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina.

that only differ from the traditional ones in relation to the formation tool, that is, the electronic way. Therefore, all the present legislation, including the protection rules of the Consumer Defense Code, especially when involving consume relations with national providers are applied to them. It has been observed that although the actual legislation is applicable to the electronic commerce, the lack of specific regulation generates a huge discomfort in these dealings, mainly referring to security, which causes an obstacle on the increasing of this type of commerce.

Key-words: Internet; electronic commerce; contracts; consume relations.

Introdução

A rede mundial de computadores vem causando alterações de grande relevância, na vida do homem contemporâneo; é inegável que a humanidade deu um salto tecnológico admirável, com o advento e o progresso diuturno da Internet.

O Direito, por seu turno, tem por escopo regular a vida social, garantindo à coletividade o mínimo de dignidade e justiça. Dessa forma, a ciência jurídica amolda-se incessantemente às conversões que lhe infunde a mesma sociedade que dirige, adaptando-se àquelas novas tendências comportamentais.

A Internet trouxe à baila vários problemas jurídicos, que aumentam à medida que cresce a utilização das redes de computadores e a popularização da Internet. Destaca-se, assim, o avanço do comércio eletrônico, que traçou novas dimensões aos contratos tradicionais, enfatizando a necessidade de regulamentação desse instrumento.

Surge, assim, o dever inerente aos operadores do direito de se aprofundar nos estudos do tema, a fim de buscar respostas para os carentes de solução.

Ao tratar da questão da relação de consumo, é inevitável a existência de preocupação com o consumidor, de saber se existe uma norma apta para a proteção de seus direitos.

Versando especificamente sobre as relações de consumo formalizadas via Internet, esta preocupação se torna ainda mais consistente, haja vista que, no âmbito nacional, não há legislação específica para regulamentar essa matéria.

Tem-se, daí, que o direito não pode ficar alheio à evolução tecnológica, mas convir como mecanismo de fomento ao desenvolvimento das relações contratuais na Internet.

Relações na Internet: legislação aplicável

A Constituição da República Federativa do Brasil prevê, em seu art. 5º, XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor. Para esse fim, foi elaborado o Código de Defesa do Consumidor, sob a Lei n. 8.078/90, que rege as relações de consumo, protegendo o consumidor, parte vulnerável dessa relação de eventuais abusos do fornecedor.

Cumprir observar que o art. 5º da Constituição Federal constitui-se em cláusula pétreia e encontra-se dentro do título que trata dos direitos e garantias fundamentais.

O Código de Defesa do Consumidor é uma lei complexa e interdisciplinar, que se constitui num micro-sistema jurídico, por abranger normas de diversos ramos do direito, seja material ou processual, seja civil ou penal.

A proteção do consumidor tem sido, entre as várias questões suscitadas pelo comércio eletrônico, uma das mais complicadas, já que não tem regulamentação própria.

O comércio eletrônico não possui regulamentação jurídica específica, no Brasil, sendo aplicável a ele, no que couber, a legislação existente, por analogia. Dessa forma, as relações de consumo formalizadas em meio eletrônico não podem ficar sem proteção somente pelo fato de não existirem, no ordenamento jurídico brasileiro, normas específicas de proteção a estes consumidores.

O fato de terem sido realizadas compras em estabelecimentos virtuais - e não em estabelecimentos físicos, como de costume - em nada altera os direitos garantidos aos consumidores pelo Código de Defesa do Consumidor, quando cabível, estando o comércio eletrônico de bens e serviços sujeitos a esse diploma legal, aplicando-se, portanto, a estas relações todas as disposições contidas nessa legislação.

Os contratos formados na Internet são contratos a distância e, sendo assim, apresentam maiores problemas ao consumidor, principalmente no que tange à insegurança dessas relações.

As desvantagens dos contratos a distância, segundo Jean Calais-Auloy e Frank Steinmetz (*apud* MARTINS, 2000, p. 97), são:

- a) o fato de os consumidores estarem sujeitos a solicitações repetidas por parte de certos fornecedores, mediante técnicas agressivas de contratação, de modo a constituir uma intromissão na sua vida privada;
- b) o adquirente, ao basear sua manifestação de vontade em simples imagens ou descrições, corre o risco de receber um objeto que não corresponda exatamente às suas expectativas;
- c) entre a perfeição do contrato e a entrega medeia um intervalo, cuja lentidão pode ser incômoda;
- d) a possível dificul-

dade, para o adquirente do produto ou serviço, de fazer valer seus direitos em face de um vendedor à distância, em caso de defeito do objeto; e) em casos extremos, pode até mesmo ocorrer que, após a celebração do contrato e pagamento, o comprador não receba a mercadoria desejada, além de não poder sequer se reembolsar, em virtude da insolvência ou mesmo do desaparecimento do vendedor.

Resta, ainda, saber se as relações de consumo no *e-commerce* diferem das tradicionais, aplicando-se a elas a mesma legislação existente no ordenamento jurídico brasileiro.

Tatiana Machado Corrêa, (2004) aponta algumas diferenças entre as relações de consumo tradicionais e a formada via Internet, asseverando que esta última:

- A) não estabelece um contato pessoal entre o consumidor e fornecedor;
- B) É mais difícil para o consumidor apurar a idoneidade/honestidade do produto/prestador de serviços e vice-versa;
- C) Não há certeza de que a prestação contratual de uma ou de outra parte será cumprida;
- D) É mais difícil descobrir o endereço e a idoneidade real do fornecedor que pode se ocultar através de um endereço eletrônico para praticar atos lesivos como o estelionato;
- E) Há dificuldade de se provar o negócio jurídico firmado por um “click” “sim” no “mouse”, sem qualquer contrato assinado pelas partes.

Um dos problemas de maior peso, em se tratando de contratos na Internet, é justamente o de que esta rede não conhece barreiras geográficas, acabando com as noções de territorialidade.

Trata-se, portanto, de uma questão delicada, de difícil resolução, posto que ainda não existe uma norma clara e objetiva que disponha sobre tal assunto.

Contratos eletrônicos de consumo

Os contratos de consumo são aqueles previstos no Código de Defesa do Consumidor, celebrados numa relação de consumo.

Na definição de Roberto Senise Lisboa (1999, p. 5), relação de consumo é “o vínculo jurídico por meio do qual se verifica a aquisição pelo consumidor, de um produto ou de um serviço, junto ao fornecedor”.

A relação de consumo tem como elementos o fornecedor, o consumidor, o objeto da prestação (produto ou serviço) e a causa. Para uma maior compreensão do alcance das normas de consumo, imprescindível se faz uma breve análise de cada componente dessa relação.

O art. 3º *caput* do CDC traz o conceito legal de fornecedor, dispondo:

Art. 3º. Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

Como se pode observar, o conceito inserido pelo CDC é muito amplo e não acarreta maiores problemas, no que concerne à sua compreensão.

Já em relação ao consumidor, embora o Código de Defesa do Consumidor traga em seu bojo seu conceito, como se observa do art. 2º desse estatuto¹, em outros dispositivos traz outras definições, figuras equiparadas ao consumidor, fornecendo, assim, quatro formas de definição de consumidor em seus artigos 2º *caput*; 2º, parágrafo único; 17 e 29.

A definição de consumidor utilizada pelo Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 2º *caput*, é muito genérica, podendo abranger inclusive uma empresa (pessoa jurídica) que adquirir produtos ou serviços como destinatária final, ou seja, não visando lucro na relação.

No parágrafo único do art. 2º, o CDC equipara a consumidor todas as pessoas que tenham intervindo nas relações de consumo, ainda que não determináveis.

No art. 17 do CDC², encontra-se outro tipo de consumidor, qual seja, as *vítimas do evento*. Destarte, são também consideradas consumidor as pessoas que, embora não tenham adquirido o produto ou serviço, sofreram acidentes de consumo em razão da utilização destes.

Ainda tratando do conceito de consumidor, o art. 29 do CDC³ equipara a estes todas as pessoas, ainda que indetermináveis, expostas às práticas comerciais abusivas de fornecedores.

¹ “Art. 2º. Consumidor é toda pessoa física ou Jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.”

² “Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.”

³ “Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.”

Analisando todas essas figuras comparadas a consumidor, percebe-se que o Código de Defesa do Consumidor teve uma especial preocupação com os interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, protegendo não só um consumidor individual, mas uma massa de consumidores.

Os objetos da relação de consumo são o produto e o serviço e encontram-se definidos nos parágrafos do art. 3º do CDC, *in verbis*:

Art.3º [...]

§1º. Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º. Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Por fim, para que a relação de consumo se torne completa, é necessária a causa, ou seja, o objetivo da relação de consumo deve ser a aquisição de um produto ou serviço como destinatário final, o que pressupõe o atendimento de uma necessidade própria do consumidor e não de uma atividade comercial que vise a lucro.

Ressalte-se, ainda, que na falta de quaisquer desses requisitos especificados, não há que se falar em relação de consumo, não incidindo as normas do Código de Defesa do Consumidor, mas a legislação civil ou comercial.

Os princípios básicos que se aplicam nos contratos paritários, acima assinalados, notadamente o princípio da autonomia contratual, não se aplicam nos contratos de consumo, pois nestes visa-se a resguardar o equilíbrio contratual, já que, de modo geral, os contratos de consumo são contratos de massa ou de adesão, presumindo-se estar o consumidor em situação desfavorável frente ao fornecedor, que, de maneira unilateral, estabelece as cláusulas que regem o contrato, devendo haver um tratamento diferenciado para o consumidor, fazendo, desta forma, prevalecer a justiça contratual.

Fernando Noronha (*apud* MANDELBAUM, 1996, p. 179) aponta três problemas dos contratos de consumo, quais sejam, o de saber se as cláusulas devem ou não ser consideradas como integrantes do contrato, o relativo à validade de tais cláusulas e, por fim, a questão atinente à proteção do consumidor.

Via de regra, os contratos de consumo apresentam-se como contratos de adesão, com cláusulas pré-estabelecidas pelo proponente, não tendo como o consumidor discuti-las, cabendo a este somente a aceitação em bloco de tais cláusulas, fato este que pode fazer com que se reúnam, nesses tipos de contratos, várias cláusulas abusivas.

As transações realizadas via Internet envolvem um fornecedor de bens ou serviços, um consumidor, usuário da Internet que adquire, como destinatário final, os produtos ou serviços colocadas à disposição num *website* pelo fornecedor e por fim, uma contratação bilateral, consistente num contrato eletrônico. Trata-se, portanto de uma relação de consumo sobre a qual incidirão as normas de proteção ao consumidor.

Manoel J. Pereira dos Santos e Mariza Delapieve Rossi (2000, p. 123) ensinam que, “[...] além do preço e qualidade do produto, o consumidor busca, através da contratação via Internet um modo menos burocrático e mais rápido, almejando privacidade, confiabilidade e segurança”.

A maior parte dos contratos celebrados via Internet é de consumo e entre esses, há superioridade dos *click-through agreements* ou *mouse-click contracts* traduzidos para o português como contratos por clique, que são aqueles aceitos mediante a confirmação realizada através de um mero clique num *mouse*.

Na Internet há muitas ofertas públicas permanentes que ficam à disposição em um *website* à espera de ser acessadas por um usuário que envie uma aceitação para tal proposta. São contratos que contém cláusulas uniformes, bastando que o consumidor, usuário da Internet, preencha os campos faltantes com os seus dados, aceitando todas as condições daquele contrato através de um simples clique.

Estes contratos caracterizam-se principalmente pela existência de cláusulas pré-estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços. Trata-se de um contrato por adesão.

O contrato de adesão surgiu como conseqüência do avanço tecnológico, que resultou na massificação dos negócios e, para satisfazer a essa necessidade, criam-se os contratos que possibilitem a oferta de serviços ou produtos fabricados em massa, oferecidos ao público em modelos uniformes. Porém, cabe salientar que não constituem nova modalidade contratual, mas tão-somente uma nova técnica de contratação.

O art. 54 do Código de Defesa do Consumidor (CDC) define a figura dos contratos de adesão, dispondo:

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

Cláudia Lima Marques (1999, p. 53-54), ao definir aos contratos de adesão, discorre:

Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas são preestabelecidas unilateralmente pelo parceiro contratual economicamente mais forte (fornecedor), isto é, sem que o outro parceiro (consumidor) possa discutir ou modificar substancialmente o conteúdo do contrato escrito.

Manoel J. Pereira dos Santos e Mariza Delapieve Rossi (2000, p. 123) destacam entre as principais características de um contrato de adesão ou contratos de massa - como também são conhecidos - “a predisposição negociai unilateral, a generalidade, a uniformidade, a abstração, a inalterabilidade e a adesão pelo consumidor”.

Renata Mandebaum (1996, p. 153) aponta como principais características do contrato de adesão:

- a) adesão em bloco: a adesão se faz a todo um conjunto de condições e estipulações predispostas;
- b) vontade sem discussão: a adesão constitui uma verdadeira declaração da vontade sem discussão alguma, a liberdade do contratante fica restrita à possibilidade de contratar ou não;
- c) confiança do aderente: principalmente no aspecto que vamos abordar como foco central do presente trabalho, o contrato de consumo como um contrato de adesão, está clara a confiança que o aderente deposita no estipulante, ao eleger determinada marca, por influência da publicidade, tradição no mercado, marca, etc.
- d) liberdade viciada: a liberdade de contratar é substituída pelas necessidades do tráfico mercantil de agilização, com conseqüente padronização e predeterminação das condições, que degenerou em império de vontade e foi substituída pela pressão realizada pelos hierarquicamente superiores.

Portanto, esse tipo de negociação prescinde de uma prévia negociação entre os contratantes, a fim de ajustar as condições do contrato, posto que tais cláusulas já estão pré-estabelecidas pelo fornecedor, dependendo apenas da adesão pelo usuário.

Fábio Ulhoa Coelho (2000, p. 202-203) assinala por seu turno, quatro características básicas de um contrato de adesão:

[...] pré-estabelecimento (estipulação anterior à formação do vínculo contratual), unilateralidade (formulação por apenas uma das partes do negócio), uniformidade (referência a todos os negócios daquele feito a serem concretizados), rigidez (expectativa de inalterabilidade) e abstração (referência a todas as pessoas interessadas em concretizar o negócio).

Para Cláudia Lima Marques (1999, p. 54), os contratos de adesão apresentam três características importantes, quais sejam:

- 1) a sua pré-elaboração unilateral; 2) a sua oferta uniforme e de caráter geral, para um número ainda indeterminado de futuras relações contratuais; 3) seu modo de aceitação, onde o consentimento se dá por simples adesão à vontade manifestada pelo parceiro contratual economicamente mais forte.

A formação nesses tipos de contratos se dá com a anuência do consumidor, ou seja, quando ele aceita ou adere às condições impostas pelo fornecedor, sendo que, antes disso, o contrato redigido não vincula nenhuma das partes.

Se a redação do contrato for dúbia, ou seja, se houver mais de uma interpretação possível, prevalecerá a interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC⁴). Outrossim, as cláusulas estabelecidas individualmente, tais quais as escritas à mão ou à máquina após a impressão do contrato, prevalecem sobre as gerais.

O parágrafo terceiro do art. 54 do CDC estabelece, ainda que, “os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor”. Preocupando-se com a proteção do consumidor, dispõe este mesmo artigo, em seu parágrafo quarto: “as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão”.

Desses dispositivos decorre uma importante consequência: os contratos não obrigam os consumidores, se estes não tiverem conhecimento de seu conteúdo ou ainda se redigidos de forma a dificultar a sua compreensão, conforme se observa no art. 46 do diploma consumerista, que dispõe:

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada à oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Caso não seja observada essa disposição, o CDC garante a não vinculação do consumidor aos contratos ou seja não houve o prévio conhecimento de seu conteúdo, dificultando a compreensão do consumidor. Assim, se as cláusulas não

⁴ Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.” Ressalte-se que o Novo Código Civil introduziu dispositivo semelhante em seu art. 423, *in verbis*: “Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.”

forem prévia e adequadamente apresentadas ao consumidor, este não se vincula ao contrato. O mesmo ocorre em relação às cláusulas de difícil compreensão, independentemente da intenção do fornecedor, pois as cláusulas devem ser claras.

O que ocorre, na realidade, é que o consumidor, na maioria das vezes, não se dispõe a promover a leitura por completo do contrato e, assim, os contratos de adesão não têm suas cláusulas lidas com a devida atenção, devendo, portanto ser observada, nesta relação, a boa-fé objetiva, prevalecendo a interpretação mais favorável ao consumidor.

Os contratos realizados entre o provedor de acesso à Internet e os usuários dessa rede, por exemplo, geralmente são contratos de adesão, estando sujeitos às normas do CDC.

Cumprе ressaltar que, dentre os contratos eletrônicos de consumo, realizados via Internet, os mais comuns não são os contratos que têm por objeto um bem, mas sim os de prestação de serviços, notadamente os serviços de *home-banking*.

Uma vez delineado o tema atinente a relações de consumo e contratos, no Código de Defesa do Consumidor, resta saber se este instrumento é apto para a aplicação nos contratos de consumo realizados *on-line*, seja entre fornecedores nacionais ou seja internacionais.

Responsabilidade civil do provedor de acesso à internet

Conforme já visto, o fornecedor ou consumidor de bens e serviços via Internet conecta-se a essa rede por intermédio de um provedor de acesso, que nada mais é senão um intermediário nas transações comerciais celebradas *on-line*.

Todavia, é inegável a relação de consumo existente entre estes provedores e os usuários de Internet, posto que se obrigam, perante este último, a prestar serviços de conexão, assumindo uma obrigação de prestação de execução continuada.

Tratando, pois, de relação de consumo, o provedor de acesso, responderá civilmente por eventuais falhas na execução de seu serviço, já que entre ele e o usuário da rede há um contrato de consumo, que também será regido pelo CDC.

O CDC, no art. 14⁵ dispõe que os fornecedores de serviço respondem por danos causados em razão de vício na prestação do serviço, independentemente da existência de culpa.

⁵ “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.”

Tal responsabilidade é chamada objetiva, já que o consumidor não precisa demonstrar que houve culpa na realização dos serviços prestados pelo provedor, mas apenas demonstra o prejuízo causado, em razão da prestação desse serviço. Porém, o provedor poderá se eximir dessa responsabilidade, se puder provar que não existe defeito na prestação de seu serviço ou que houve culpa exclusiva do consumidor ou terceiro, conforme se denota do parágrafo terceiro do art. 14 do CDC⁶.

O intermediário, provedor de acesso, em princípio não responde pelas contratações formadas na rede, porém responderá no caso de acarretar prejuízo às partes de uma contratação eletrônica, por sua ação ou omissão como prestador de serviços de conexão, ainda que esse contrato não envolva a sua participação.

O art. 7º do CDC, em seu parágrafo único, dispõe: “Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo”. Desta narração conclui-se que o provedor de acesso à Internet responderá solidariamente com o fornecedor, em razão de sua ação, omissão ou negligência na prestação de seus serviços.

Entretanto, não pode o provedor de acesso ser responsabilizado pela falta ou quebra de segurança em um site de um fornecedor, pois isto é de responsabilidade da loja virtual.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, não será responsável o provedor de acesso à Internet por anúncios de publicidade abusivos ou enganosos, expostos aos seus assinantes pelos fornecedores de produtos ou serviços, pois funcionam como um instrumento para viabilizar a conexão à Internet, nada tendo a ver com os anúncios públicos nos *websites*, a menos que tais anúncios sejam referentes ao seu próprio negócio.

Por intermediar a divulgação de informações questionáveis, o Projeto de Lei 1.589/99, elaborado pela OAB/SP, visando a estabelecer regras de comércio eletrônico, a validade e a força probatória dos documentos eletrônicos e a assinatura digital, estabelece a responsabilidade do provedor, a partir do momento em que tomou conhecimento do uso indevido da rede, ficando obrigado a tomar atitudes, a fim de evitar a conduta irregular do usuário.

⁶ Código de Defesa do Consumidor, § 3º do art. 14:

“§ 3º. O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.”

Mecanismos alternativos de resolução de disputas

Em razão da falta de regulamentação sobre direitos dos consumidores na Internet, em diferentes ordenamentos jurídicos, surgiu a necessidade de se criar elementos alternativos de proteção, que visem a assegurar as relações de consumo no meio virtual.

Foi assim que nasceram os denominados “Mecanismos Alternativos de Resolução de Disputas”, também conhecidos pela sigla ADR, que em inglês significa *Alternative Dispute Resolution*, que têm sido adotados por vários países no mundo inteiro.

Tais mecanismos objetivam a proteção institucional das relações de consumo, através de meios não tradicionais já existentes no mundo jurídico, ou seja, a resolução de conflitos por meio do Judiciário, que despende de muito tempo para incorporar uma solução definitiva, como é sabido.

Dessa forma, um consumidor que se sentisse lesado diante de um problema criado em virtude de uma transação *on-line*, ao invés de recorrer às vias tradicionais, demandando contra o fornecedor através do Poder Judiciário, poderia se valer de outros meios para a resolução desse conflito, buscando um órgão criado especificamente para a resolução desse tipo de problema.

As formas alternativas de proteção ao consumidor de Internet mais utilizadas têm sido a mediação e a arbitragem, dirimindo diversas disputas de consumo *on-line*, tendo sido, na maior parte das vezes, mais eficazes e efetivas que os mecanismos tradicionais.

Tais mecanismos alternativos não existem somente para dirimir conflitos de consumo na Internet, mas há também os criados especialmente com a finalidade de prevenir a ocorrência de tais conflitos. Ronaldo Lemos da Silva Júnior (2001, p. 163) diz que as empresas que adotam essa forma criam verdadeiros códigos de conduta *on-line*, estabelecendo padrões específicos para as relações de consumo.

O mesmo mestre Ronaldo Lemos da Silva Júnior (2001, p. 161) garante que “a tendência é de que em um futuro muito próximo, todos os sites de *e-commerce* filiem-se a algum órgão de resolução de disputas”.

A criação do Instituto Brasileiro de proteção e defesa dos consumidores de internet

A proteção ao consumidor tem aumentado crescentemente, em todo o mundo, inclusive nas contratações eletrônicas, graças ao avanço tecnológico e do comércio eletrônico.

Foi nesta seara que, no Brasil, um grupo de estudiosos houveram por bem a criação de uma entidade não governamental, com o objetivo principal de

defesa e proteção dos direitos do consumidor na Internet, aprimorando as relações e consumo no fornecimento de produtos e serviços em meio eletrônico.

O IBCI - como ficou conhecido o Instituto Brasileiro de Proteção e Defesa dos Consumidores de Internet - visou à elaboração de um código deontológico aplicável às relações de consumo via Internet, para estabelecer princípios morais e éticos nessas relações.

Esse Instituto também apóia o consumidor utilizando-se da mediação e da arbitragem. Pela mediação, seria possível ao IBCI aproximar as partes numa tentativa de uma composição amigável entre consumidor e fornecedor. Já pela arbitragem, que passou a ser possível em nosso ordenamento jurídico, a partir da Lei n. 9.307/96, seria formado um Conselho de Especialistas do IBCI, o qual solucionaria o litígio entre as partes, isso se ambas concordassem com a aplicação da arbitragem. Com essas medidas, seria possível evitar a excessiva demora de um processo no Poder Judiciário.

Há previsão de que dentro de pouco tempo o IBCI esteja efetivamente servindo à sociedade de consumidores via Internet, aumentando, com isso, os meios de proteção à disposição do consumidor e, conseqüentemente, fornecendo-lhe maior segurança nessas contratações.

Considerações finais

A popularização da Internet trouxe uma forte contribuição e até um incentivo nas contratações eletrônicas, atingindo uma grande massa de usuários de Internet, incentivando, dessa forma, os empresários a integrar-se ao *e-commerce*.

Diante da lacuna existente na legislação sobre os contratos eletrônicos e as relações de consumo na Internet, é certa a aplicação de toda a legislação vigente, posto que, conforme analisado, os contratos eletrônicos diferem dos tradicionais somente no que concerne à sua formação, que se dá em meio eletrônico. Porém, é inegável que esta falta de normalização específica causa um grande desconforto nestas contratações, uma vez que fica por conta da interpretação doutrinária e dos tribunais a resolução de possíveis conflitos envolvendo tais questões.

Ao operador do direito compete acompanhar a evolução social e tecnológica para que, assim, busque a correta aplicação do direito às novas situações, seja interpretando uma lei já existente para aplicar-lhe a um novo instituto, seja, ainda, buscando novas soluções para essas transformações sociais, adequando-se às necessidades que surgem no dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Comercial*. São Paulo: Saraiva, 2000. v. 3.
- CORRÊA, Tatiana Machado. Popularização da Internet, relações de consumo e sua proteção pelo direito. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=1800>>. Acesso em 22 ago. 2004
- LISBOA, Roberto Senise. *Relações de consumo e proteção jurídica do consumidor no direito brasileiro*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.
- MANDELBAUM, Renata. *Contratos de adesão e contratos de consumo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996. Biblioteca de Direito do Consumidor, v. 9.
- MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. Biblioteca de Direito do Consumidor, v. 1.
- MARTINS, Guilherme Magalhães. Contratos eletrônicos via Internet: problemas relativos à sua formação e execução. *Revista dos Tribunais*, fase. civ., ano 89, v. 776, p. 92-106, jun. 2000.
- SANTOS, Manoel J. Pereira dos; ROSSI, Mariza Delapieve. Aspectos legais do comércio eletrônico: contratos de adesão. *Revista de Direito do Consumidor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 9, n. 36, p. 105-129, out./dez., 2004.
- SILVA JÚNIOR, Ronaldo Lemos da; WAISBERG, Ivo (org.). *Comércio eletrônico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.